



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MINAS GERAIS

1 Ata nº 318 da Sessão Plenária Extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos da
2 Criança e do Adolescente - CEDCA/MG, realizada aos vinte e cinco dias do mês de
3 Novembro do ano de 2015, em sua sede localizada na Casa de Direitos Humanos, à
4 Avenida Amazonas, 558 - 7º andar - Centro - Belo Horizonte com início às 14:00 h. O
5 Secretário Geral Ricardo Zadra procedeu à **chamada dos conselheiros** para
6 verificação do *quórum*. Representantes da **sociedade civil**: foi registrada a presença
7 dos seguintes membros: Ananias Neves Ferreira (Centro de Voluntariado ao Menor
8 CEVAM), Hudson Roberto Lino (Associação Beneficente Ágape), Silvia Cristina
9 Santos Batista (Associação 4 de Agosto), Petrucia de Melo Andrade (Convenção
10 Batista Mineira), Raymundo Rabelo Mesquita (Inspetoria São João Bosco – ISJB),
11 Maria de Fátima Mayrinck Brito (Titular - Associação do Amor), Ivan Ferreira da Silva (,
12 Kinder Not Hilfe-KNH Brasil), João Alves Crisóstomo (Suplente - Associação Pingo de
13 Luz, Carlos Roberto Beto da Silva (ADEFOM – Associação de deficientes do Estado
14 de Minas), Claudinei dos Santos Lima (Axe Criança). Em seguida, foi realizada a
15 chamada dos conselheiros representantes **governamentais**, sendo registradas as
16 seguintes **presenças**: Alessandra Martins (Suplente - SEDESE), Ricardo Augusto
17 Zadra (Secretaria de Estado da Fazenda), Celia Carvalho Nahas (Suplente -
18 Subsecretaria de Direitos Humanos), Vânia Lúcia de Almeida (Titular - Secretaria de
19 Estado da Educação). **Ausências Justificadas**: Conselheiros representantes da
20 **sociedade civil**: José Ismar da Costa (Sindicato das Instituições Beneficentes,
21 Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais - SINIBREF/MG), Rita Ferreira
22 da Silva Alves (Associação Instituto Solidário Comunitário Assistencial), Maria
23 Margareth Pereira (Providência Nossa Senhora da Conceição), Rodrigo Martins
24 Antônio – Fundação CDL Pro-Criança), Eny Lauriano Silva Araújo (Suplente - Pastoral
25 do Menor Regional Leste II - CNBB); Cleide Maria da Cruz (AMR – Associação
26 Mineira de Reabilitação), Érika Wendy Nunes (Fundação Benjamim Guimarães /
27 Hospital da Baleia). Conselheiros representantes **governamentais**: Elisabeth
28 Terezinha de Oliveira Dinardo Abreu (Titular - Polícia Civil/MG), **Ausentes**:
29 Conselheiros **Governamentais**: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo (SEDPAC),
30 Mirella Vasconcelos Ferreira Barbosa (SEDESE), Lígia Maria Alves Pereira
31 (SEPLAG), Elisa Borges Moreira (SEPLAG), Adriana Alves de Almeida (Titular -
32 Secretaria de Estado de Saúde), Rejane Alves (Suplente - Secretaria de Estado da
33 Saúde), Giselle da Silva Cyrillo (Titular - Secretaria de Estado de Defesa Social),
34 Dênio Sebastião Martins de Carvalho, Major PM - Titular e Ricardo Luiz Amorim
35 Gontijo Foureaux, Cap PM, - suplente, ambos representantes da Polícia Militar de
36 Minas Gerais. Deputado Fabio Cherem e Deputado Paulo Lamac, ambos
37 representantes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Convidados**: Registra-se
38 a presença da senhorita Marla do Ministério Público. Constatado o *quorum* na forma
39 regimental, o **Presidente, Dr. Ananias Neves Ferreira**, declarou aberta a Sessão
40 Plenária Ordinária. **Aprovada a pauta** em unanimidade, pelos conselheiros presentes

41 com a transferência do segundo ponto da pauta: Processo de Inscrição das Unidades
42 Socioeducativas para a Plenária do dia seguinte, 26 de novembro, a pedido do
43 Conselheiro Ivan Ferreira da Silva, com a justificativa de que precisariam de mais um
44 tempo para o fechamento da apresentação sobre o assunto. O Presidente esclareceu
45 que o ponto de pauta transferido para amanhã seria o primeiro ponto a ser discutido.
46 Seguindo com o primeiro ponto de pauta: Projetos em tramitação no Conselho. O
47 primeiro a ser apresentado foi o **Projeto Nº03/2014 – “Associação dos pais e**
48 **amigos de Crucilândia - Gastronomia Especial”, da APAE do município de**
49 **Crucilândia – valor R\$18.400,00**, pedido de retirada. **Em votação o parecer**
50 **favorável das Comissões:** aprovado em unanimidade. O projeto seguinte é o
51 **Projeto Nº07/2015 – Oficina de Imagens -** que já havia sido aprovado pelas
52 comissões e aguardava aprovação plenária. **Em votação o parecer favorável:**
53 aprovado em unanimidade. O próximo ponto de pauta: **Escola de Conselhos**, o
54 Conselheiro Claudinei dos Santos Lima tomou a palavra e informou, que segundo
55 explanação da Conselheira Célia Nahas, que também é da coordenação da SEDPAC,
56 na reunião de Comissão de Apoio aos Conselhos; a Secretaria tem buscado
57 parcerias para o desenvolvimento desse projeto; entre eles a UNIMONTES, a Escola
58 do Legislativo e a AMM (Associação Mineira de Municípios). Que teria que ser feito
59 um Convênio via SEDPAC para a execução deste projeto da Escola de Conselhos.
60 Tomando a palavra, a Célia Nahas esclareceu que a Secretaria de Direitos Humanos
61 não está conseguindo finalizar o trâmite do Convênio com o Governo Federal. Que
62 por esse motivo estão pensando em outras estratégias de aproximação e formação
63 para os Conselhos Municipais e Tutelares. Que o questionamento não está na
64 metodologia, e sim na questão orçamentária por querer fazer caber o tamanho do
65 Estado de Minas Gerais no formato do Governo Federal. Que estão tentando ainda
66 vencer esse obstáculo. De volta com a palavra o Conselheiro Claudinei dos Santos
67 Lima, esclareceu que nas discussões sobre o tema, com o grupo Gestor da Escola de
68 Conselhos, seria prioridade a questão dos polos de governo e das divisões regionais,
69 sob a perspectiva de um maior envolvimento das regiões mais carentes e
70 necessitadas de apoio e orientação, sobre a questão rural e a inclusão dos povos e
71 comunidades tradicionais ainda tão desassistidos. Para finalizar, a Conselheira Célia
72 Nahas esclareceu que a perspectiva é de que se trabalhe dentro dos territórios de
73 desenvolvimento do governo e o desafio é fazer a necessidade da demanda caber
74 dentro do convênio proposto. Estão tentando de tudo e buscando estratégias para
75 que esse projeto se concretize. Depois de algumas considerações pertinentes
76 levantadas pelos Conselheiros presentes a cerca de conteúdos, desarticulações entre
77 Conselhos, as legislações, remuneração dos profissionais conselheiros, e até ao
78 próprio sistema da forma como se apresenta; o Presidente concluiu que deveria haver
79 mais articulação com o judiciário do Estado, e com o CONANDA, para que as
80 questões sobre os Conselhos de Direitos e Tutelares sejam revistas, dialogadas e se
81 possível reestruturadas, para que ofereçam melhores resultados. Ficou deliberado
82 que o plenário faria uma recomendação ao CONANDA e ao coordenador nacional
83 Marcelo Nascimento, para que essa proposta da Escola de Conselhos fosse
84 repensada e ajustada às novas demandas e realidades dos estados e municípios que
85 farão a Escola de Conselhos, cada um com sua singularidade, podendo assim
86 amarrar a pauta ao Colegiado dos Conselhos Estaduais. Em votação a proposta da

87 recomendação: proposta aprovada em unanimidade. Passando para o próximo ponto
88 de pauta: Escola de Socioeducação; O Presidente leu a Portaria Nº 04/2015 que
89 institui a Escola Nacional de Socioeducação para a formação continuada dos
90 profissionais de socioeducação, informando que Brasília não aprovará esta Escola
91 sem a aprovação dos Conselhos Estaduais. Informou que o Secretário de Defesa
92 Social ficou de fazer uma Portaria para a criação desta Escola, mas ainda não fez.
93 Que é papel do Conselho cobrar uma atitude do Secretário e se não adiantar, cobrar
94 do Governador uma resposta sobre a questão. Os Conselheiros presentes fizeram
95 suas observações e o Presidente reiterou que a Conselheira Giselle Cyrillo,
96 representante da Defesa Social, que não estava presente, era a pessoa certa para
97 lhes informar sobre o assunto. Que por ela não estar presente, não seria deliberado
98 nada a respeito neste dia. Que a pauta seria transferida para a Plenária do dia
99 seguinte, em que a Conselheira Giselle Cyrillo estaria presente e poderia acrescentar
100 mais informações a respeito do assunto. Seguindo a pauta: Outras matérias na forma
101 regimental; o presidente fez a proposta de fazer uma moção de solidariedade em
102 favor da funcionária do CEDCA/MG Luciana Fortunato, que foi vítima de uma
103 abordagem indelicada e arbitrária por parte de um funcionário da Casa de Direitos
104 Humanos, por causa do seu horário de trabalho, que às vezes ultrapassa o horário
105 estipulado pela casa, de encerramento de atividades. Depois de algumas colocações
106 dos Conselheiros sobre o assunto, a cerca da importância de se colocar pessoas
107 qualificadas e preparadas para lidar com o público em geral, que é o alvo desta Casa
108 de Direitos Humanos, ficou estabelecido que o Conselheiro Claudinei dos Santos
109 Lima e a Conselheira Vânia Almeida seriam os responsáveis por redigir a moção em
110 favor da funcionária, e apresenta-la ao Plenário no dia seguinte pra que todos tomem
111 conhecimento. O Presidente agradeceu a todos os presentes, e verificando que não
112 havia mais nada a tratar e deliberar, encerrou a sessão plenária às 18h, da qual foi
113 lavrada a presente ata, que é assinada pelos conselheiros na forma regimental.